

Renováveis reduzem emissões de 6 milhões de toneladas de CO₂ e poupam 1,3 mil milhões de Euros de importações de combustíveis fósseis

Estagnação da produção solar e aumento do consumo de eletricidade sem eficiência energética são preocupantes

2018, o ano em que se “bateram” recordes

Em março de 2018 a produção renovável foi suficiente para satisfazer o consumo total de eletricidade em Portugal Continental, com especial contribuição das tecnologias eólica e hídrica.

Em termos médios, 2018 foi marcado por uma incorporação renovável no consumo elétrico de 55,1%, o que corresponde a um aumento de 28% face a 2017. Este facto advém duma maior produtividade das grandes hídricas que foi mais do dobro que em 2017, representando 24,1% do consumo. **A tecnologia eólica representou uma produção de 12,3TWh, correspondentes a 24,3% do consumo, o que a tornou, pela primeira vez, a maior fonte de eletricidade em Portugal Continental.**

Estes níveis de incorporação renovável proporcionam grandes benefícios económicos e ambientais para o País, de que se destacam:

- Foi alcançada uma **poupança em importações de combustíveis fósseis de 1268 M€¹**;
- Houve uma **redução entre 2017 e 2018 de cerca de 6 milhões de toneladas de emissões de dióxido de carbono** associadas à produção de eletricidade, passando-se de 19,4 milhões de toneladas em 2017 para 13,5 milhões de toneladas em 2018. **Esta redução representa cerca de 10% das emissões nacionais;**
- Foi possível **evitar a aquisição de licenças de emissão de CO₂² no valor de 191 M€, correspondente a um total de 12 milhões de toneladas de emissões equivalentes de CO₂³.**

2018 foi marcado por:

Uma acentuada subida dos preços da eletricidade no mercado *spot* de eletricidade, tendo-se registado um valor médio anual de 57,4€/MWh⁴ que é superior em cerca de 18% ao valor médio de 2017. Este aumento deveu-se fundamentalmente ao:

- Aumento do consumo de eletricidade (2,5% acima de 2017) em Portugal Continental⁵;
- Aumento do preço do mercado europeu de licenças de emissão de CO₂ em 2,7 vezes face a 2017, com o valor médio anual de 15,9€/tCO₂ em 2018;
- Indisponibilidade de alguns reatores nucleares em Espanha e noutros mercados europeus, que originou um aumento do preço da eletricidade por toda a Europa;
- Aumento do preço dos combustíveis em relação ao ano passado, em cerca de 34% no gás

¹ Valor calculado através dos preços de importação de carvão (valores até outubro, DGEG) e de gás natural (valores até novembro, WorldBank) e da produção anual de eletricidade com recurso a estes combustíveis fósseis (Centro de Informação REN).

² Valor calculado com base nas emissões de CO₂ evitadas e no preço das licenças de carbono (SENDECO2).

³ Para o cálculo das emissões evitadas assume-se que toda a produção renovável seria substituída por gás natural (93%) e carvão (7,47%), tendo em linha de conta a repartição dos combustíveis no *mix* e a sua disponibilidade de produção. São considerados os fatores de emissão de CO₂ do gás natural prestados pela ERSE. Este valor já tem em consideração as emissões de CH₄ e N₂O, cujos *Global Warming Potentials* foram obtidos no AR5 do IPCC e fatores de emissão no *Portuguese National Inventory Report* da APA.

⁴ OMIE

⁵ Centro de Informação REN

natural e 15% no carvão.

De destacar que com mais eletricidade renovável, o preço será mais previsível e menor e menos vulnerável estará a economia portuguesa à volatilidade do preço dos combustíveis e do CO₂, assim como às incertezas na disponibilidade das centrais nucleares da Europa Ocidental.

Pela negativa, saliente-se **o decréscimo em 3,8% da produção fotovoltaica entre 2017 e 2018, o que representou apenas 1,6% do total da eletricidade consumida**, quando deveria ser uma das vertentes mais importantes de crescimento da produção de eletricidade através de fontes renováveis, nomeadamente através da auto produção que não tem sido devidamente fomentada. Também **o aumento do consumo de eletricidade em 2,5%, que será desejável ao longo das próximas décadas com a eletrificação dos usos de energia, atualmente é um reflexo de falta de medidas de eficiência energética.**

É ainda de salientar a apresentação, a 4 de dezembro passado, pelo Governo do RNC 2050 (Roteiro para a Neutralidade de Carbono) em que se prevê que em 2050 Portugal seja neutro em carbono e com a eletricidade 100% renovável.

Perspetivas para 2019

A APREN e a ZERO consideram crucial a implementação de um quadro regulamentar sólido que permita definir um plano estratégico para as políticas de energia e clima. Estas políticas devem ser apoiadas por regras e medidas que proporcionem uma previsibilidade das necessidades de investimento e desenvolvimento de atividades de baixo teor em carbono, assentes na substituição de soluções energeticamente ineficientes e com impactes negativos no meio ambiente, por outras mais eficazes e economicamente sustentáveis numa perspetiva de médio e longo prazo.

A apresentação no final de 2018 em Bruxelas do PNEC 2030 (Plano Nacional de Energia e Clima para 2030) veio definir os objetivos de energias renováveis para 2030, que são um compromisso inequívoco que Portugal assume perante a UE e que vão em linha com o que a APREN e a ZERO defendem para o País.

António Sá da Costa, Presidente da APREN, afirma que: *“Apesar de estarmos num bom caminho, o ano de 2018 veio reforçar a ideia de que há ainda muito a fazer no setor da eletricidade renovável por forma a cumprir os objetivos definidos pelo Governo para atingir 80% de eletricidade renovável em 2030 (PNEC 2030) e ser neutro em carbono com 100% de eletricidade renovável em 2050 (RNC 2050). As recentes orientações definidas pelo nosso Governo vão no sentido de fomentar a reativação do setor que atravessou nos últimos anos um forte abrandamento. Espero, que os resultados se venham a sentir já em 2019”.*

Por seu lado, Francisco Ferreira, Presidente da ZERO, considera que: *“Portugal tem de investir muito mais na eficiência energética e nas energias renováveis para ser neutro em carbono em 2050 e esse investimento tem de ser fortemente acelerado. O aproveitamento da energia solar é crucial e é preciso informar, simplificar e ultrapassar os obstáculos que impedem termos muito mais edifícios com telhados preenchidos com painéis fotovoltaicos ou no caso de grandes centrais solares dando preferência a áreas sem outra utilização significativa”.*

Lisboa, 7 de janeiro de 2019



Contactos:

Francisco Ferreira, Presidente, ZERO

Tlm: (+351) 969 078 564

E-mail: francisco.ferreira@zero.org

Luís Santos, Responsável de Comunicação, APREN

Tlf: (+351) 213 151 621

E-mail: luis.santos@apren.pt